

# ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias**

**31 de dezembro de 2018**

Com relatório dos auditores  
independentes

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas e Diretores da  
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

A ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

# ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

## Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativo</b>			
<b><u>Ativo Circulante</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	4.404	3.922
Concessionárias e Permissionárias	4	127	986
Serviços em Curso		136	31
Tributos Compensáveis		140	165
Investimentos Temporários	6.2	-	1.175
Despesas Pagas Antecipadamente		2	2
Outros Ativos Circulantes		132	130
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>			
Concessionárias e Permissionárias	4	48	69
Depósitos Judiciais e Cauções		3.067	2.075
Tributos Diferidos		48	-
Imobilizado	5.1	66.693	69.023
Intangível	5.2	32	62
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>74.829</u></b>	<b><u>77.640</u></b>
<b>Passivo</b>			
<b><u>Passivo Circulante</u></b>			
Fornecedores		465	416
Empréstimos e Financiamentos	6.2	-	3.261
Obrigações Sociais e Trabalhistas		172	136
Tributos		155	133
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		-	2.581
Encargos Setoriais		386	449
Outros Passivos Circulantes		215	529
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>			
Empréstimos e Financiamentos	6.2	-	19.420
Provisão para Litígios	7	214	90
Outros Passivos Não Circulantes		157	164
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>1.764</u></b>	<b><u>27.179</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	8.1	95.345	50.345
Reservas de Lucros	8.2	(22.280)	116
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>73.065</u></b>	<b><u>50.461</u></b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>74.829</u></b>	<b><u>77.640</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	13.809	13.221
(-) Parcela Variável	9	(1.243)	(212)
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(82)	(85)
Cofins		(377)	(390)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(116)	(121)
Reserva Global de Reversão - RGR		(327)	(338)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(50)	(52)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>11.614</b>	<b>12.023</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>11.614</b>	<b>12.023</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	10	(587)	(522)
Material		(9)	(13)
Serviços de Terceiros		(1.109)	(1.169)
Arrendamento e Aluguéis		(29)	(38)
Seguros		(18)	(18)
Doações, Contribuições e Subvenções		(15)	(13)
Provisões		(124)	-
Tributos		(20)	(15)
Depreciação e Amortização		(2.568)	(2.551)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>7.135</b>	<b>7.684</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(906)	(1.720)
Receitas Financeiras		394	381
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>6.623</b>	<b>6.345</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(500)	(503)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		6.123	5.842
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>6.123</b>	<b>5.842</b>
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		6.123	5.842
<b>Lucro Por Ação</b>			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066	0,116430
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066	0,116430
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066	0,116430
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066	0,116430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



# ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>6.123</b>	<b>5.842</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b>6.123</b>	<b>5.842</b>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	6.123	5.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>50.345</b>	<b>(3.145)</b>	-	<b>47.200</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.842	<b>5.842</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	543	(543)	-
Dividendos	-	-	(2.581)	<b>(2.581)</b>
Reserva para Investimentos	-	2.718	(2.718)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>50.345</b>	<b>116</b>	-	<b>50.461</b>
Remuneração das Imobilizações em Curso	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	45.000	-	-	<b>45.000</b>
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(25.622)	-	<b>(25.622)</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	6.123	<b>6.123</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	512	(512)	-
Dividendos	-	-	(2.897)	<b>(2.897)</b>
Dividendos Adicionais Propostos	-	2.714	(2.714)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>95.345</b>	<b>(22.280)</b>	-	<b>73.065</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>6.123</b>	<b>5.842</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Amortização		12	16
Depreciação		2.556	2.535
Imposto de Renda e Contribuição Social		501	503
Juros e Variações Monetárias		814	1.649
Provisões para Litígios		124	-
Outros		(54)	(110)
		<b>10.076</b>	<b>10.435</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>			
Concessionários		880	31
Depósitos Vinculados a Litígios		(992)	(827)
Imposto de Renda e Contribuição Social		24	55
Tributos Compensáveis		-	19
Outros		(106)	(55)
		<b>(194)</b>	<b>(777)</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>			
Encargos Setoriais		(74)	(125)
Fornecedores Setoriais		49	(48)
Salários e Encargos Sociais		36	40
Tributos e Contribuição Social		(249)	(135)
Outros		(319)	116
		<b>(557)</b>	<b>(152)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Encargos de Dívidas Pagos		(1.171)	(1.467)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(277)	(414)
		<b>7.877</b>	<b>7.625</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Investimentos		1.227	132
Imobilizado	5.1	(206)	(640)
Intangível	5.2	(3)	(2)
		<b>1.018</b>	<b>(510)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(22.313)	(3.193)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(31.100)	(2.473)
Integralização de Capital		45.000	-
		<b>(8.413)</b>	<b>(5.666)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		482	1.449
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício		3.922	2.473
No fim do exercício		4.404	3.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### 1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ESDE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### 2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

### **3 Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 12 a 16, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

### ***Tributação***

#### ***Impostos sobre a receita***

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

***Imposto de renda e contribuição social:***

- **Correntes**  
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.
- **Diferidos**  
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

***Ajuste a valor presente***

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## **4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias**

**Composição das Contas a Receber**

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				TOTAL 2018	TOTAL 2017
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	126	8	-	1	40	175	1.055
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>175</b>	<b>1.055</b>

## 5 Imobilizado

### 5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Transmissão</b>	<b>75.845</b>	-	-	-	<b>21</b>	<b>75.866</b>	<b>21</b>	<b>(14.237)</b>	<b>61.629</b>	<b>64.165</b>
Terrenos	152	-	-	-	-	152	-	-	152	152
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4.952	-	-	-	-	4.952	-	(978)	3.974	4.142
Máquinas e Equipamentos	70.736	-	-	-	21	70.757	21	(13.257)	57.500	59.868
Móveis e Utensílios	5	-	-	-	-	5	-	(2)	3	3
<b>Subtotal</b>	<b>75.845</b>	-	-	-	<b>21</b>	<b>75.866</b>	<b>21</b>	<b>(14.237)</b>	<b>61.629</b>	<b>64.165</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2017</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Outros</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2018</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2018</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2017</b>
<b>Transmissão</b>	<b>4.832</b>	<b>195</b>	-	-	-	<b>5.027</b>	<b>195</b>	-	<b>5.027</b>	<b>4.832</b>
Máquinas e Equipamentos	200	46	-	-	194	440	46	-	440	200
Outros	4.632	149	-	-	(194)	4.587	149	-	4.587	4.632
<b>Administração</b>	<b>26</b>	<b>11</b>	-	-	-	<b>37</b>	<b>11</b>	-	<b>37</b>	<b>26</b>
Máquinas e Equipamentos	26	11	-	-	-	37	11	-	37	26
<b>Subtotal</b>	<b>4.858</b>	<b>206</b>	-	-	-	<b>5.064</b>	<b>206</b>	-	<b>5.064</b>	<b>4.858</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>80.703</b>	<b>206</b>	-	-	<b>21</b>	<b>80.930</b>	<b>227</b>	<b>(14.237)</b>	<b>66.693</b>	<b>69.023</b>



5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Transmissão</b>	<b>57</b>	-	-	-	<b>(21)</b>	<b>36</b>	-	<b>(21)</b>	<b>15</b>	<b>37</b>
Servidões	36	-	-	-	(21)	15	-	-	15	36
Softwares	21	-	-	-	-	21	-	(21)	-	1
<b>Administração</b>	<b>59</b>	-	-	-	-	<b>59</b>	-	<b>(50)</b>	<b>9</b>	<b>20</b>
Softwares	41	-	-	-	-	41	-	(32)	9	17
Outros	18	-	-	-	-	18	-	(18)	-	3
<b>Subtotal</b>	<b>116</b>	-	-	-	<b>(21)</b>	<b>95</b>	-	<b>(71)</b>	<b>24</b>	<b>57</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	-	-	-	<b>5</b>	<b>3</b>	-	<b>5</b>	<b>2</b>
Softwares	2	3	-	-	-	5	3	-	5	2
<b>Administração</b>	<b>3</b>	-	-	-	-	<b>3</b>	-	-	<b>3</b>	<b>3</b>
Softwares	8	-	-	(5)	-	3	(5)	-	3	8
Outros	(5)	-	-	5	-	-	5	-	-	(5)
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	-	-	-	<b>8</b>	<b>3</b>	-	<b>8</b>	<b>5</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>121</b>	<b>3</b>	-	-	<b>(21)</b>	<b>103</b>	<b>3</b>	<b>(71)</b>	<b>32</b>	<b>62</b>

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	3,33%	<b>75.866</b>	<b>(14.237)</b>	<b>61.629</b>	<b>64.165</b>
Custo Histórico	3,33%	75.866	(14.237)	61.629	64.165
		<b>75.866</b>	<b>(14.237)</b>	<b>61.629</b>	<b>64.165</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão	-	5.027	-	<b>5.027</b>	4.832
Administração	0,00%	37	-	<b>37</b>	26
		<b>5.064</b>	-	<b>5.064</b>	<b>4.858</b>
		<b>80.930</b>	<b>(14.237)</b>	<b>66.693</b>	<b>69.023</b>

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	57	<b>57</b>
Móveis e Utensílios	-	-
A Ratear	77	<b>77</b>
Material em Depósito	72	<b>72</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>206</b>	<b>206</b>

**5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:**

<u>Transmissão</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 6 Empréstimos e Financiamentos

### 6.1 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>9</b>	<b>Ativos Financeiros</b>	<b>4.404</b>	<b>4.404</b>
9.1	<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>4.404</b>	<b>4.404</b>
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	39	39
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	4.365	4.365

## 6.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
11	<b>(+) Dívida Bruta</b>	-	-	-	-	<b>22.681</b>
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	22.681
12	<b>(-) Ativos Financeiros</b>	-	<b>(4.404)</b>	-	<b>(4.404)</b>	<b>(5.097)</b>
12.1	Alta Liquidez	-	(4.404)	-	(4.404)	(5.097)
13	<b>(+) Dívida Líquida I</b>	-	<b>(4.404)</b>	-	<b>(4.404)</b>	<b>17.584</b>
15	<b>(+) Dívida Líquida II</b>	-	<b>(4.404)</b>	-	<b>(4.404)</b>	<b>17.584</b>

## 7 Provisão para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	90	<b>90</b>
Constituição	124	<b>124</b>
Pagamentos	-	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>214</b>	<b>214</b>
Circulante	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>214</b>	<b>214</b>

## 8 Patrimônio Líquido

### 8.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 95.345, representado por 72.835.845 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	72.836	100,00	72.836	100,00
Membros do Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
	<b>72.836</b>	<b>100,00</b>	<b>72.836</b>	<b>100,00</b>

### 8.2 Reservas de lucros

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva legal	3.275	2.763
Outras	(25.555)	(2.647)
	<b>(22.280)</b>	<b>116</b>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outras: Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2015, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

## 9 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	12.566	13.009
<b>Total</b>	<b>12.566</b>	<b>13.009</b>

## 10 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
<b>Pessoal</b>	<b>587</b>	<b>522</b>
Remuneração	314	277
Encargos	110	89
Previdência privada	3	1
Assistência médica	44	30
Despesas rescisórias	-	21
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	73	63
Outros	43	41
<b>Total</b>	<b>587</b>	<b>522</b>

## 11 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	12.566	12.566	13.009	13.009
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.005	1.508	1.041	1.561
Receitas financeiras	394	394	381	381
Base de cálculo	1.399	1.902	1.422	1.942
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	325	171	329	174
Outros	4	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>329</b>	<b>171</b>	<b>329</b>	<b>174</b>

## **12 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade**

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## **13 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b><u>Ativo Circulante</u></b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	4.404	-	4.404	3.922	-	3.922
Concessionárias e Permissionárias	4	127	(127)	-	986	(986)	-
Serviços em Curso		136	-	136	31	-	31
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	127	127	-	14.165	14.165
Contas a Receber Ativo Contratual		-	11.205	11.205	-	-	-
Tributos Compensáveis		140	-	140	165	-	165
Investimentos Temporários		-	-	-	1.175	-	1.175
Despesas Pagas Antecipadamente		2	-	2	2	-	2
Outros Ativos Circulantes		132	-	132	130	-	130
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>							
Concessionárias e Permissionárias	4	48	(48)	-	69	(69)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		3.067	-	3.067	2.075	-	2.075
Tributos Diferidos		48	(48)	-	-	-	-
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	-	-	-	93.170	93.170
Contas a Receber Ativo Contratual		-	110.404	110.404	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes		-	18	18	-	18	18
Imobilizado	5.1	66.693	(66.655)	38	69.023	(68.997)	26
Intangível	5.2	32	(20)	12	62	(39)	23
<b>Total do Ativo</b>		<b>74.829</b>	<b>54.856</b>	<b>129.685</b>	<b>77.640</b>	<b>37.262</b>	<b>114.902</b>

		31/12/2018			31/12/2017		
<u>Notas</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	
<b>Passivo</b>							
<b><u>Passivo Circulante</u></b>							
Fornecedores	465	-	465	416	-	416	
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	3.261	-	3.261	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	172	-	172	136	-	136	
Tributos	155	-	155	133	-	133	
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	2.581	-	2.581	
Encargos Setoriais	386	-	386	449	-	449	
Outros Passivos Circulantes	215	(202)	13	529	(522)	7	
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>							
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	19.420	-	19.420	
Provisão para Litígios	214	-	214	90	-	90	
PIS e COFINS diferidos	-	4.450	4.450	-	-	-	
Tributos Diferidos	-	3.707	3.707	-	3.295	3.295	
Encargos regulatórios diferidos	-	3.658	3.658	-	-	-	
Outros Passivos Não Circulantes	157	(157)	-	164	(164)	-	
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.764</b>	<b>11.456</b>	<b>13.220</b>	<b>27.179</b>	<b>2.609</b>	<b>29.788</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital Social	95.345	-	95.345	50.345	-	50.345	
Reservas de Lucros	(22.280)	43.400	21.120	116	34.653	34.769	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>73.065</b>	<b>43.400</b>	<b>116.465</b>	<b>50.461</b>	<b>34.653</b>	<b>85.114</b>	
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>74.829</b>	<b>54.856</b>	<b>129.685</b>	<b>77.640</b>	<b>37.262</b>	<b>114.902</b>	



**ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.**  
**Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**31 de dezembro de 2018**

Notas	31/12/2018			31/12/2017				
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário		
<b>Operações em Continuidade</b>								
<b>Receita / Ingresso</b>								
	Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	13.809	(13.809)	-	13.221	(13.221)	-
	Receita de Operação e Manutenção		-	2.679	2.679	-	2.493	2.493
	Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	13.068	13.068	-	13.957	13.957
	(-) Parcela Variável	9	(1.243)	-	(1.243)	(212)	-	(212)
<b>Tributos</b>								
	PIS-PASEP		(82)	(12)	(94)	(85)	-	(85)
	Cofins		(377)	(58)	(435)	(390)	-	(390)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>								
	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(116)	-	(116)	(121)	-	(121)
	Reserva Global de Reversão - RGR		(327)	(50)	(377)	(338)	-	(338)
	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(50)	(8)	(58)	(52)	-	(52)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>								
			<b>11.614</b>	<b>1.810</b>	<b>13.424</b>	<b>12.023</b>	<b>3.229</b>	<b>15.252</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>								
			<b>11.614</b>	<b>1.810</b>	<b>13.424</b>	<b>12.023</b>	<b>3.229</b>	<b>15.252</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>								
	Pessoal e Administradores	10	(587)	-	(587)	(522)	-	(522)
	Material		(9)	(198)	(207)	(13)	(643)	(656)
	Serviços de Terceiros		(1.109)	-	(1.109)	(1.169)	-	(1.169)
	Arrendamento e Aluguéis		(29)	-	(29)	(38)	-	(38)
	Seguros		(18)	-	(18)	(18)	-	(18)
	Doações, Contribuições e Subvenções		(15)	-	(15)	(13)	-	(13)
	Provisões		(124)	-	(124)	-	-	-
	Tributos		(20)	-	(20)	(15)	-	(15)
	Depreciação e Amortização		(2.568)	2.557	(11)	(2.551)	2.539	(12)
<b>Resultado da Atividade</b>								
			<b>7.135</b>	<b>4.169</b>	<b>11.304</b>	<b>7.684</b>	<b>5.125</b>	<b>12.809</b>
<b>Resultado Financeiro</b>								
	Despesas Financeiras		(906)	-	(906)	(1.720)	-	(1.720)
	Receitas Financeiras		394	-	394	381	-	381
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>								
			<b>6.623</b>	<b>4.169</b>	<b>10.792</b>	<b>6.345</b>	<b>5.125</b>	<b>11.470</b>
	Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(500)	(60)	(560)	(503)	(100)	(603)
	Resultado Líquido das Operações em Continuidade		6.123	4.109	10.232	5.842	5.025	10.867
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>								
Atribuível Aos:								
	Acionistas Controladores		6.123	4.109	10.232	5.842	5.025	10.867
<b>Lucro Por Ação</b>								
	Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066		0,140480	0,116430		0,216577
	Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066		0,140480	0,116430		0,216577
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>								
	Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066		0,140480	0,116430		0,216577
	Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,084066		0,140480	0,116430		0,216577

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

### 13.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### (a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### (b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

### **13.1.1 *Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)***

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

### 13.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	116.465	85.114
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(37.948)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(55.215)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	11.815	3.295
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<b>73.065</b>	<b>50.461</b>

### 13.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	10.232	10.867
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(5.125)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(4.169)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	60	100
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<b>6.123</b>	<b>5.842</b>